



CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA CNPJ: 07.829.836/0001-42



Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,
A Administração da Chapecoense Geração S.A. e sua controlada Foz do Chapecó Energia S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de vossas senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, juntamente com o parecer dos auditores independentes.

Estrutura Acionária

O Capital Social da Chapecoense Geração S.A., no valor de R\$ 714.509.342,00 (setecentos e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 714.509.342 (setecentas e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado da seguinte forma:

| Acionistas | Participação |
|--|--------------|
| CPFL Geração de Energia S.A. – CPFL-G | 51% |
| Furnas Centrais Elétricas S.A. | 40% |
| Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT | 9% |

O capital social da Foz do Chapecó Energia S.A., no valor de R\$ 714.129.342,00 (setecentos e quatorze milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 714.129.342 (setecentas e quatorze milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado pela Chapecoense Geração S.A.

Desempenho Operacional

A disponibilidade das unidades geradoras de energia em 2018 foi de 96,87%, superior ao definido na portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 248/2015, determinado em 94,26%.

A usina hidrelétrica Foz do Chapecó possui uma potência instalada de

855 MW e 427,2 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 3.733.273 MWh/ano. A geração líquida acumulada em 2018 foi de 3.650.147 MWh. O número foi 2,23% abaixo da energia assegurada, em função das condições hidrológicas.

Desempenho Econômico e Financeiro

A Foz do Chapecó Energia obteve em 2018 uma receita operacional líquida de R\$ 874.070 mil, atingindo um EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 684.360 mil e lucro líquido de R\$ 278.495 mil.

O saldo de financiamento em dezembro de 2018 é de R\$ 1.184.107 mil e vem sendo amortizado mensalmente. A última parcela de amortização está prevista para 15 de setembro de 2027.

Sistema de Gestão Integrado

A Foz do Chapecó Energia obteve em novembro de 2018, da certificadora *British Standards Institution* (BSI), recomendação para manutenção nas normas ISOs 9001:2015 e 14001:2015 e OHSAS 18001:2007.

Gestão Socioambiental

A Foz do Chapecó Energia mantém o compromisso de cumprir à risca as obrigações estabelecidas no licenciamento ambiental da usina e ir além, promovendo ações que se refletem diretamente na qualidade de vida da população, na preservação da cultura local e no fortalecimento das atividades produtivas tradicionais. Algumas ações se destacaram em 2018, no contexto socioambiental: (i) soltura de aproximadamente 208 mil alevinos no reservatório da usina, como parte das ações visando ao repovoamento do lago; (ii) conclusão da construção de três pontos de apoio à pesca a montante da usina, no Estado de Santa Catarina; (iii) repasse de R\$ 3.480 mil, por meio de leis de incentivo fiscais, para patrocínio de projetos que atendem os municípios abrangidos pelo empreendimento. Entre os destaques estão projetos de contraruto escolar com aulas de dança, teatro e atividades esportivas, abrangendo cerca de 1,5 mil

crianças e adolescentes em quatro municípios. Em infraestrutura, a Foz do Chapecó Energia destinou recursos para reformas em centros de convivência de idosos, iluminação de quadras esportivas, piscinas públicas para hidroginástica e, também, para a fase de acabamento do Museu dos Balseiros, projeto apoiado integralmente pela Companhia desde o início. (iv) foi criado o programa Vizinho Amigo, com o intuito de incentivar os lineários da usina a conservar a Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório. Além de recompensar com prêmios em dinheiro os vizinhos do reservatório, a Companhia deu visibilidade às ações, com o intuito de torná-las exemplos de boas práticas ambientais. (v) a Biofábrica, laboratório de produção de plantas de alta qualidade genética, distribuiu 14 mil mudas de frutas para agricultores de Alpestre, Caxambu do Sul e Rio dos Índios. Além das plantas, os produtores receberam orientações sobre plantio, adubação, manejo nas diversas fases do cultivo e controle biológico de pragas, já que todo o processo é orgânico.

Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2018, a Foz do Chapecó Energia investiu R\$ 9.791 mil em seu Programa de Pesquisa & Desenvolvimento, dos quais R\$ 3.312 mil foram destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R\$ 1.656 mil alocado no Ministério de Minas e Energia. Outros R\$ 4.823 mil foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

Agradecimentos

A Administração da Foz do Chapecó Energia agradece aos seus acionistas, autoridades e órgãos da administração pública, fornecedores e a comunidade residente na região da usina pela confiança depositada na companhia no ano de 2018. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

| Ativo | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivo Circulante | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|------|------------------|------------------|------------------|------------------|---|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 363 | 31 | 184.003 | 116.427 | Fornecedores | 13 | - | - | 12.530 | 18.787 |
| Aplicações financeiras | 5 | - | - | - | 33.068 | Empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | 138.706 | 138.788 |
| Contas a receber de clientes | 7 | - | - | 118.636 | 110.089 | Salários e obrigações sociais | 15.a | - | - | 1.348 | 1.335 |
| Impostos a recuperar | 8 | - | - | 14.434 | 39.688 | Impostos a recolher | 15.b | - | - | 6.096 | 17.023 |
| Dividendos a receber | 10 | 66.143 | 64.189 | - | - | Imposto de renda e contribuição social a recolher | 16 | - | - | 100.650 | 94.271 |
| Despesas antecipadas | 9 | - | - | 27.702 | 27.715 | Taxas regulamentares | 17 | - | - | 30.405 | 27.987 |
| Contas a receber ressarcimento ANEEL | | - | - | - | 2.069 | Uso do bem público | 19.c | 66.143 | 64.185 | 66.143 | 64.185 |
| Outros créditos | | - | - | 962 | 663 | Dividendos declarados | | 66.143 | 64.185 | 424.463 | 426.690 |
| | | 66.506 | 64.220 | 345.737 | 329.719 | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Aplicações financeiras vinculadas | 6 | - | - | 70.767 | 72.084 | Uso do bem público | 17 | - | - | 734.630 | 716.986 |
| Impostos a recuperar | 8 | - | - | 9.147 | 16.319 | Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 18 | - | - | 2.961 | 3.240 |
| Imposto diferido | 25.a | - | - | 9.698 | 9.637 | Empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | 1.045.401 | 1.172.181 |
| Despesas antecipadas | 9 | - | - | 13.690 | 41.071 | | | - | - | 1.782.992 | 1.892.407 |
| Outros créditos | 10 | 989.239 | 974.918 | - | - | | | | | | |
| Investimento | 11 | - | - | 2.313.395 | 2.368.330 | Patrimônio líquido | 19 | 714.509 | 714.509 | 714.509 | 714.509 |
| Imobilizado | 12 | - | - | 419.559 | 442.306 | Capital social | | 275.093 | 260.444 | 275.093 | 260.444 |
| Intangível | | 989.239 | 974.918 | 2.851.320 | 2.964.331 | Reservas de lucros | | 989.602 | 974.953 | 989.602 | 974.953 |
| | | 989.239 | 974.918 | 2.851.320 | 2.964.331 | Total do patrimônio líquido | | 1.055.745 | 1.039.138 | 3.197.057 | 3.294.050 |
| Total do ativo | | 1.055.745 | 1.039.138 | 3.197.057 | 3.294.050 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.055.745 | 1.039.138 | 3.197.057 | 3.294.050 |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

| | Capital Social | Reservas de lucros | | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|---------------------|-------------------|----------------|
| | | Legal | Retenção A destinar | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2017 | 714.509 | 49.227 | 470.151 | - | 1.233.887 |
| Distribuição de lucros de exercícios anteriores | - | - | (465.000) | - | (465.000) |
| Resultado do exercício | - | - | - | 270.251 | 270.251 |
| Destinações | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 13.513 | - | - | (13.513) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (64.185) | (64.185) |
| Lucros à disposição da assembleia | - | - | - | 192.553 | (192.553) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 714.509 | 62.740 | 5.151 | 192.553 | 974.953 |
| Destinação para reserva de retenção | - | - | 192.553 | (192.553) | - |
| Distribuição de lucros de exercícios anteriores | - | - | - | (197.704) | (197.704) |
| Resultado do exercício | - | - | - | 278.495 | 278.495 |
| Destinações | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 13.925 | - | - | (13.925) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (66.143) | (66.143) |
| Lucros à disposição da assembleia | - | - | - | 198.428 | (198.428) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 714.509 | 76.665 | - | 198.428 | 989.602 |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Receita operacional líquida | 20 | - | - | 874.070 | 839.787 |
| Custo de geração de energia elétrica | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 21 | - | - | (50.120) | (36.378) |
| Custos da produção de energia | 22 | - | - | (153.770) | (164.446) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | - | - | (64.588) | (68.118) |
| | | - | - | (268.478) | (268.942) |
| Resultado bruto | | | | 605.592 | 570.845 |
| Despesas operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | 23 | - | (15) | (6.543) | (8.288) |
| Honorários da administração | 27 | - | - | (1.196) | (1.175) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | 278.496 | 270.267 | - | - |
| Outras despesas operacionais, líquidas | | - | - | 318 | - |
| | | 278.496 | 270.252 | (7.421) | (9.463) |
| Resultado antes do resultado financeiro | | 278.496 | 270.252 | 598.171 | 561.382 |
| Receitas financeiras | 24 | - | - | 24.678 | 27.510 |
| Despesas financeiras | 24 | (1) | (1) | (205.138) | (183.248) |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | 278.495 | 270.251 | 417.711 | 405.644 |
| Contribuição social corrente | 25 | - | - | (37.540) | (37.502) |
| Imposto de renda corrente | 25 | - | - | (101.738) | (99.647) |
| Contribuição social diferida | 25 | - | - | 16 | 465 |
| Imposto de renda diferido | 25 | - | - | 46 | 1.291 |
| Resultado do exercício | | 278.495 | 270.251 | 278.495 | 270.251 |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Contexto operacional

A Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense" ou "Companhia") foi constituída em 27 de janeiro de 2006 e tem como objeto social específico a participação, como acionista, na Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó"), sociedade por ações, de capital fechado, que tem como objetivo construir e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó (localizado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), detido por meio de concessão por 35 anos, contados a partir de 2001. A potência instalada, prevista no contrato de concessão, é de 855 MW e a sua entrada em operação comercial ocorreu em outubro de 2010.

UHE Foz do Chapecó

A construção da UHE Foz do Chapecó foi iniciada em janeiro de 2007 e foi executada através de contrato "Engineering Procurement and Construction - EPC". As operações tiveram início como indicado a seguir:

* A Unidade Geradora ("UG") 1, com capacidade instalada de 213.750 kW, entrou em operação em 14 de outubro de 2010, conforme liberação da ANEEL através do Despacho nº 3.058, de 13 de outubro de 2010.

* A UG2, com capacidade instalada de 213.750 kW entrou em operação em 23 de novembro de 2010, conforme liberação da ANEEL através do Despacho nº 3.543, de 22 de novembro de 2010.

* A UG3, com capacidade instalada de 213.750 kW entrou em operação em 30 de dezembro de 2010, conforme liberação da ANEEL através do Despacho nº 4.092, de 29 de dezembro de 2010.

* A UG4, com capacidade instalada de 213.750 kW entrou em operação comercial em 12 de março de 2011, conforme liberação da ANEEL através do Despacho nº 1.090, de 11 de março de 2011.

Licenças ambientais

Foram obtidas com os órgãos ambientais as licenças ambientais necessárias para a implantação da UHE Foz do Chapecó. Após a entrada em operação da UHE Foz do Chapecó, somente as licenças ambientais de operação sofrem processo de renovação periódica:

* Licença de Operação da Usina e do Reservatório nº 949, expedida em 25 de agosto de 2010 pelo IBAMA, sendo válida por quatro anos, contados a partir da sua data de expedição.

* Licença de Operação da Linha de Transmissão nº 956, expedida em 4 de novembro de 2010 pelo IBAMA, sendo válida por seis anos, contados a partir da sua data de expedição.

Em atenção ao disposto na legislação ambiental, nomeadamente o § 4º do artigo 18 da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, a Foz do Chapecó requereu ao IBAMA a renovação da Licença de Operação da Usina e do Reservatório, 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento, apresentando os relatórios e informações pertinentes (CE-FCE-0076/14-CO, de 24 de abril de 2014).

A princípio, o IBAMA deveria manifestar-se sobre o pedido de renovação dentro desse prazo de 120 (cento e vinte) dias. Contudo, cliente de que nem sempre é viável a análise e atendimento do pedido nesse período, o próprio legislador determinou que, requerida a renovação da Licença de Operação dentro do prazo legal, sua validade fica automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental, conforme § 4º do artigo 18 da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997.

O IBAMA entrou em contato através de ofício datado de 10 de outubro de 2016, solicitando apresentação de cronograma para atendimento de exigências administrativas, em continuidade da avaliação do pedido de renovação, o que foi atendido pela Companhia e sua controlada no prazo

solicitado. Desta forma, a renovação da licença está em trâmites de aprovação, aguardando a manifestação definitiva do órgão.

Contrato de Concessão

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 7 de novembro de 2001, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL (direito discricionário do poder concedente), desde que a concessionária assim o requeira, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão também estabelece que seja pago, a título de Uso do Bem Público - UBP, o montante de R\$504.000 (base de preços de junho de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. Conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 4 de dezembro de 2008, o UBP seria pago em 26 anos, ou seja, em 314 parcelas mensais. O início do pagamento ocorreu a partir da entrada em operação comercial da UG1 da UHE Foz do Chapecó, o que ocorreu em outubro de 2010, quando foi efetuado o primeiro pagamento da parcela de UBP. O valor do pagamento é corrigido anualmente, tomando por base uma ponderação da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, em 40%, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, em 60%. O valor atualizado das parcelas mensais é de R\$5.715. O saldo desse contrato, ajustado a valor presente, é de R\$803.215 em 31 de dezembro de 2018 (R\$781.300 em 31 de dezembro de 2017).

Destinação da energia

A energia produzida foi vendida da seguinte forma:

* 40% vendida às empresas CPFL Piratininga de Força e Luz e CPFL Paulista de Força e Luz, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para o período de 1º de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2027 (PPA - Power Purchase Agreement).

* 60% vendida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 (CCEAR - Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado).

Alteração da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

Em decorrência de alteração da alíquota da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, efetuada através do Artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, na qual a alíquota foi alterada de 6,75% para 7%, a Companhia pleiteou junto à ANEEL que essa alteração fosse incorporada aos preços base dos contratos de compra e venda de energia.

A ANEEL, através do Despacho nº 674, de 27 de março de 2018 anuiu à apresentação dos aditivos contratuais da CPFL Geração de Energia S.A. de forma a incorporar nos preços base dos contratos de compra e venda de energia, firmados no ambiente de contratação regulada, a alteração da alíquota. A ANEEL, através do Despacho 1487, de 04 de julho de 2018, aprovou os preços que constam dos Termos Aditivos aos Contratos de Comercialização de Energia anteriores a 2003 - CCE2003. Os impactos deste despacho foram reconhecidos fiscalmente nos períodos de competência e contabilmente no mês de Outubro de 2018 e estão demonstrados na nota explicativa 20.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2018, em função da distribuição de dividendos adicionais (nota 19.c), a Companhia e sua controlada apresenta ativo circulante a menor que o passivo circulante nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R\$ 78.726. Conforme estimativas da Administração essa situação será solucionada normalmente através da geração futura de caixa.

2. Base de preparação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Lucro antes dos impostos | | 278.495 | 270.251 | 417.711 | 405.644 |
| Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais: | | | | | |
| Depreciação e amortização | 11 e 12 | - | - | 86.126 | 86.112 |
| Equivalência patrimonial | 10 | (278.496) | (270.267) | - | - |
| Encargos financeiros, líquidos | 14 | - | - | 113 | |



CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA CNPJ: 07.829.836/0001-42



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - CONTINUAÇÃO

recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos materiais na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia e sua controlada, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

| R\$ mil | Classificação original de acordo com o CPC 38 | Nova classificação de acordo com o CPC 48 | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | | Saldo em 01/01/2018 | Saldo em 01/01/2018 | Saldo em 01/01/2018 | Saldo em 01/01/2018 |
| Ativos financeiros (Circulante/Não circulante) | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | | | | |
| Depósitos à vista | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 31 | 676 | | |
| Aplicações financeiras | VJR (*) | VJR (*) | - | 115.751 | | |
| Aplicações financeiras | VJR (*) | VJR (*) | - | 33.068 | | |
| Contas a receber de clientes | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | - | 110.089 | | |
| Contas a receber ressarcimento ANEEL | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | - | 2.069 | | |
| Aplicações financeiras vinculadas | VJR (*) | VJR (*) | - | 72.084 | | |
| Total de ativos financeiros | | | 31 | 333.737 | | |
| Passivos financeiros (Circulante/Não circulante) | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (nota 14) | Outros passivos financeiros | Custo amortizado | - | 1.310.969 | | |
| Uso do Bem Público (nota 17) | Outros passivos financeiros | Custo amortizado | - | 781.300 | | |
| Fornecedores (nota 13) | Outros passivos financeiros | Custo amortizado | - | 18.787 | | |
| Total de passivos financeiros | | | - | 2.110.056 | | |

(*) Valor justo por meio do resultado

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão incluídos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui perdas materiais sobre os recebíveis de clientes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL. Novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo é reconhecido no resultado do exercício.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público - UBP. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do passivo circulante e não circulante.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

i. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

(i) Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.911, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(ii) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

j. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado cuja obrigação será requerida

a ser liquidada e o montante desta é estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando em conta os riscos e as incertezas da obrigação.

k. Ajuste a valor presente

As obrigações de uso do bem público - UBP são atualizadas pela inflação sendo utilizados os índices de IGPM e IPCA. Esses valores são trazidos pelo seu valor presente em virtude de não serem remunerados por taxas de juros reais. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente foi pela taxa média de captação dos financiamentos, e reflete na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua captação de financiamentos. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de uso do bem público (passivo) e sua realização é registrada como despesa financeira pela fruição do prazo.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo 40% através de Power Purchase Agreement - PPA e 60% através de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR, e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos.

o. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2) Arrendamentos

A referida norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia e sua controlada, não esperam impacto material na adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2019.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

||
||
||



CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA CNPJ: 07.829.836/0001-42



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - CONTINUAÇÃO

7. Contas a receber de clientes (consolidado)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | 15.846 | 15.962 |
| IRRF sobre aplicação financeira | 38.073 | 35.078 |
| Suprimento de energia elétrica - PPA | 64.717 | 59.049 |
| Suprimento de energia elétrica - CCEAR | 118.636 | 110.089 |
| Total | 222.272 | 220.178 |

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 45 dias. Não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2018 de acordo com as políticas da Companhia.

8. Impostos a recuperar

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Créditos de PIS e COFINS (*) | 22.590 | 49.429 |
| IRRF sobre aplicação financeira | 390 | 5.446 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 483 | 1.042 |
| Outros | 118 | 90 |
| Total | 23.581 | 56.007 |
| Circulante | 14.434 | 39.688 |
| Não circulante | 9.147 | 16.319 |

(*) Os créditos de PIS e COFINS, referem-se basicamente a créditos das transações com a CCEE e créditos referente a mudança de regime cumulativo para não cumulativo dos contratos de venda PPA e a Companhia e sua controlada pretendem utilizá-los através de PERD-COMP no exercício de 2019.

9. Despesas antecipadas (consolidado)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Seguros | 321 | 334 |
| Repactuação GSF - prêmio de risco hidrológico | 41.071 | 68.452 |
| Total | 41.392 | 68.786 |
| Circulante | 27.702 | 27.715 |
| Não circulante | 13.690 | 41.071 |

Os prêmios de seguros são apropriados de acordo com os vencimentos e têm a seguinte composição:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | |
|----------------------------------|---------------------|------------|-----|
| Prêmios de seguros | | | |
| Seguro de responsabilidade civil | 30.05.18 a 30.05.19 | 16 | 17 |
| Seguro de riscos operacionais | 30.05.18 a 30.05.19 | 283 | 298 |
| Seguro de veículos | 03.05.18 a 03.05.19 | 7 | 5 |
| Seguro D&O | 31.08.18 a 31.08.19 | 15 | 14 |
| Total | 321 | 334 | |

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

11. Imobilizado (consolidado)

a. Composição do imobilizado

| | Taxa média anual de depreciação | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
|---|---------------------------------|------------|-------------|---------------|---------------|
| | | Custo | Depreciação | Saldo líquido | Saldo líquido |
| Em serviço: | | | | | |
| Terrenos | | 185.207 | - | 185.207 | 185.207 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2,00% | 1.508.864 | (249.434) | 1.259.430 | 1.289.668 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 2,12% | 261.744 | (45.594) | 216.150 | 221.995 |
| Máquinas e equipamentos | 6,24% | 835.929 | (217.817) | 618.112 | 645.095 |
| Outros | 7,23% | 3.570 | (2.183) | 1.387 | 1.438 |
| | | 2.795.314 | (515.028) | 2.280.286 | 2.343.103 |
| Em curso: | | | | | |
| Terrenos | | 1.733 | - | 1.733 | 1.931 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 6.546 | - | 6.546 | 1.901 |
| Máquinas e equipamentos | | 870 | - | 870 | 637 |
| Depósitos judiciais (*) | | 21.687 | - | 21.687 | 19.255 |
| Material em Depósito | | 865 | - | 865 | 894 |
| Outros | | 1.408 | - | 1.408 | 611 |
| | | 33.109 | - | 33.109 | 25.228 |
| Total | | 2.828.423 | (515.028) | 2.313.395 | 2.368.330 |

(*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos que estão em andamento, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2018, a administração não identificou a existência de indicativos sobre a necessidade de constituição de provisão.

b. Movimentação do imobilizado em 2018

| | 31/12/2017 | Adições | Baixas | Transferências | 31/12/2018 |
|---|------------|----------|--------|----------------|------------|
| Em serviço: | | | | | |
| Terrenos | 185.207 | - | - | - | 185.207 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 1.508.864 | - | - | - | 1.508.864 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 261.744 | - | - | - | 261.744 |
| Máquinas e equipamentos | 835.929 | - | - | - | 835.929 |
| Outros | 3.518 | 130 | (87) | 9 | 3.570 |
| | 2.795.262 | 130 | (87) | 9 | 2.795.314 |
| Depreciação acumulada | (452.160) | (62.931) | 63 | - | (515.028) |
| | 2.343.102 | (62.801) | (24) | 9 | 2.280.286 |
| Em curso: | | | | | |
| Imobilizado em construção | 25.228 | 8.126 | (236) | (9) | 33.109 |
| | 25.228 | 8.126 | (236) | (9) | 33.109 |
| Total | 2.368.330 | (54.675) | (260) | - | 2.313.395 |

Indisponibilidade dos bens

De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico e as linhas de transmissão associadas, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

c. Movimentação do imobilizado em 2017

| | 31/12/2016 | Adições | Baixas | Transferências | 31/12/2017 |
|---|------------|----------|--------|----------------|------------|
| Em serviço: | | | | | |
| Terrenos | 185.207 | - | - | - | 185.207 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 1.508.864 | - | - | - | 1.508.864 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 261.744 | - | - | - | 261.744 |
| Máquinas e equipamentos | 835.542 | - | - | - | 835.929 |
| Outros | 3.210 | 308 | - | 387 | 3.518 |
| | 2.794.567 | - | - | 695 | 2.795.262 |
| Depreciação acumulada | (389.418) | (62.742) | - | - | (452.160) |
| | 2.405.149 | (62.742) | - | 695 | 2.343.102 |
| Em curso: | | | | | |
| Imobilizado em construção | 24.616 | 1.640 | (333) | (695) | 25.228 |
| | 24.616 | 1.640 | (333) | (695) | 25.228 |
| Total | 2.429.765 | (61.102) | (333) | - | 2.368.330 |

12. Intangível (consolidado)

a. Composição do intangível

| | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | |
|----------------------------------|------------|-----------------------|---------------|---------------|--|
| | Custo | Amortização acumulada | Saldo líquido | Saldo líquido | |
| Uso do Bem Público | 580.002 | (165.649) | 414.353 | 437.369 | |
| Licenças de operação - IBAMA (*) | 16.085 | (16.085) | - | - | |
| Servidão | 6.186 | (1.979) | 4.207 | 4.445 | |
| Outros | 221 | (221) | - | 4 | |
| Em curso - Outros | 499 | - | 499 | 488 | |
| | 602.993 | (183.934) | 419.059 | 442.306 | |

(*) Referiam-se à custos de licenças de operação do IBAMA, amortizados pelo período de 48 meses e 72 meses (período de validade das licenças) a partir da data de entrada em operação comercial do Empreendimento.

Os demais valores são referentes à servidão de passagem das linhas de distribuição de energia e custos com licenças de software, amortizados pelo prazo de concessão. A Companhia requereu ao IBAMA a renovação da Licença de Operação da Usina e do Reservatório, porém ainda não obteve. Conseqüentemente, ainda não tem custo de renovação até o momento a serem contabilizados no ativo.

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada na nota explicativa nº 17 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2036. Os valores de amortização do UBP estão contabilizados no resultado em 31 de dezembro de 2018, sendo o seu saldo R\$ 23.019.

O ativo intangível é analisado em conjunto com o ativo imobilizado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2018, a administração não identificou a existência de indicativos sobre a necessidade de constituição de provisão.

Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. Os valores contabilizados são ressarcidos líquidos do prêmio em 54 parcelas a partir de janeiro de 2016.

Movimentação do risco hidrológico de geração em 2018

| | 31/12/2017 | Apropriação de seguro | 31/12/2018 |
|------------------------------|------------|-----------------------|------------|
| Risco Hidrológico de Geração | 68.452 | (27.381) | 41.071 |
| Total | 68.452 | (27.381) | 41.071 |
| Circulante | 27.381 | - | 27.381 |
| Não circulante | 41.071 | - | 13.690 |

Movimentação do risco hidrológico de geração em 2017

| | 31/12/2016 | Apropriação de seguro | 31/12/2017 |
|------------------------------|------------|-----------------------|------------|
| Risco Hidrológico de Geração | 95.832 | (27.380) | 68.452 |
| Total | 95.832 | (27.380) | 68.452 |
| Circulante | 27.380 | - | 27.381 |
| Não circulante | 68.452 | - | 41.071 |

10. Investimento

Representado por participação societária integral na controlada Foz do Chapecó, cujas principais informações estão demonstradas a seguir:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------------------|------------|------------|
| Foz do Chapecó | | |
| Quantidade de ações | 714.129 | 714.129 |
| % Participação | 100% | 100% |
| Ativo | 3.196.964 | 3.294.019 |
| Passivo | 2.207.456 | 2.319.101 |
| Patrimônio líquido | 989.238 | 974.918 |
| Receita Líquida | 874.070 | 839.787 |
| Resultado do exercício | 278.496 | 270.251 |

A movimentação dos investimentos no exercício está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Saldo no início do exercício | 974.919 | 1.233.840 |
| Equivalência patrimonial | 278.496 | 270.267 |
| Distribuição de lucros dos períodos anteriores (a) | (198.034) | (465.000) |
| Dividendos declarados | (66.143) | (64.188) |
| Saldo no final do exercício | 989.238 | 974.919 |

(a) O montante de R\$198.034 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 15 de junho de 2018.

c. Movimentação do intangível em 2017

| | 31/12/2016 | Adições | 31/12/2017 |
|------------------------------|------------|----------|------------|
| Em serviço: | | | |
| Uso do Bem Público | 580.002 | - | 580.002 |
| Licenças de Operação - Ibama | 16.085 | - | 16.085 |
| Servidões | 6.186 | - | 6.186 |
| Outros | 420 | - | 420 |
| | 602.693 | - | 602.693 |
| Amortização acumulada | (137.611) | (23.265) | (160.876) |
| | 465.082 | (23.265) | 441.817 |
| Em curso: | | | |
| Outros | 479 | 10 | 489 |
| | 479 | 10 | 489 |
| Total | 465.561 | (23.255) | 442.306 |

14. Empréstimos e financiamentos (consolidado)

| | Agente financeiro | Encargos | Vencimento | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------|-------------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Aplicação | | | | | |
| Construção | BNDES (direto) | TJLP + 2,49% a.a. | Set./27 | 782.233 | 866.033 |
| Máquinas e Equipamentos | BNDES (direto) | TJLP + 2,39% a.a. | Set./27 | 5.946 | 6.581 |
| Construção | BNDES (repasso) | TJLP + 2,95% a.a. | Set./27 | 395.928 | 438.355 |
| Total | | | | 1.184.107 | 1.310.969 |
| Circulante | | | | 138.706 | 138.788 |
| Não circulante | | | | 1.045.401 | 1.172.181 |

a. Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2018

| | Saldo em 31/12/2017 | Encargos | URTJLP | Pagamento de Principal | Juros | Saldo em 31/12/2018 |
|-------------------|---------------------|----------|--------|------------------------|-----------|---------------------|
| Agente financeiro | | | | | | |
| BNDES (direto) | 866.033 | 68.104 | 5.648 | (88.792) | (68.760) | 782.233 |
| BNDES (direto) | 6.581 | 513 | 44 | (675) | (517) | 5.946 |
| BNDES (repasso) | 438.355 | 36.261 | 2.857 | (44.935) | (36.610) | 395.928 |
| Total | 1.310.969 | 104.878 | 8.549 | (134.402) | (105.887) | 1.184.107 |

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2017

| | Saldo em 31/12/2016 | Encargos | URTJLP | Pagamento de Principal | Juros | Saldo em 31/12/2017 |
|-------------------|---------------------|----------|--------|------------------------|-----------|---------------------|
| Agente financeiro | | | | | | |
| BNDES (direto) | 944.659 | 74.863 | 9.724 | (88.067) | (75.146) | 866.033 |
| BNDES (direto) | 7.179 | 562 | 75 | (670) | (565) | 6.581 |
| BNDES (repasso) | 478.154 | 40.000 | 4.921 | (44.568) | (40.152) | 438.355 |
| Total | 1.429.992 | 115.425 | 14.720 | (133.305) | (115.863) | 1.310.969 |

As garantias oferecidas para as operações foram: penhor de direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes da concessão, cessão e vinculação de receita, administração de contas, penhor de ações e carta de fiança corporativa no valor de 100% do montante financiado. O cronograma de pagamentos dos financiamentos do passivo não circulante está apresentado a seguir:

| | 31/12/2018 |
|-----------|------------|
| 2020 | 132.843 |
| 2021 | 134.843 |
| 2022 | 134.843 |
| 2023-2027 | 640.872 |
| Total | 1.045.401 |

Cláusulas restritivas de contratos

O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da beneficiária ou dos intervenientes; (ii) redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento ou programa de realocação; (iii) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido "quórum" especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que imponham restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou a seu desenvolvimento tecnológico, restrições de acesso da beneficiária a novos mercados e restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação de financiamento; (iv) extinção da concessão outorgada pela ANEEL para exploração do potencial energético; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) alteração do Acordo de Acionistas da beneficiária sem prévia e expressa anuência do BNDES; (vii) não cumprimento dos contratos de garantia e do contrato de concessão; e (viii) falsidade de declaração e aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista.

Índice de Cobertura da Dívida

Os contratos de financiamento possuem cláusulas que requerem que a controlada mantenha, durante o período de amortização do contrato, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2 (um virgula dois). O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros pré-estabelecidos no "Anexo VI ao Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos - BNDES/FINEM nº 4.001.463-0", e nas "Obrigações da beneficiária que pede para apresentar anualmente, para fins de comprovação do cumprimento da meta do índice de cobertura mínimo". O cálculo é realizado anualmente e, em 31 de dezembro de 2018, a controlada apresentou índice de



CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA CNPJ: 07.829.836/0001-42



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 • CONTINUAÇÃO

20. Receita operacional líquida (consolidado)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Suprimento de energia elétrica – CCEAR(*) | 544.194 | 525.844 |
| Suprimento de energia elétrica – PPA(**) | 420.799 | 367.426 |
| Energia elétrica de curto prazo - CCEE | 23.206 | 9.679 |
| | 988.199 | 902.949 |
| Pis e Cofins(***) | (114.129) | (63.162) |
| Receita operacional líquida | 874.070 | 839.787 |

(*) Do valor de R\$ 544.194 em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 1.104 refere-se ao faturamento retroativo de novembro de 2016 a junho de 2018 em decorrência de alteração da alíquota da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, efetuada através do artigo 3, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, conforme descrito na nota 1.

(**) Do valor de R\$ 420.799 em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 37.232 refere-se ao faturamento retroativo de novembro de 2016 a junho de 2018 em decorrência de alteração da alíquota da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, efetuada através do artigo 3, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, conforme descrito na nota 1.

(***) Do valor de R\$ 114.129 em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 3.546 refere-se aos impostos sobre o faturamento retroativo de novembro de 2016 a junho de 2018 em decorrência de alteração da alíquota da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, efetuada através do artigo 3, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016.

21. Energia elétrica comprada para revenda (consolidado)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | (18.513) | (5.395) |
| Fornecedores diversos de energia elétrica | (38.631) | (30.170) |
| Crédito PIS/COFINS | 7.024 | (813) |
| Total | (50.120) | (36.378) |

22. Custos da produção de energia (consolidado)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Depreciação e amortização | (86.025) | (86.003) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH | (19.232) | (17.763) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (8.337) | (8.120) |
| Pessoal | (4.938) | (4.848) |
| Serviços de terceiros | (12.648) | (16.257) |
| Materiais | (576) | (697) |
| Seguros | (28.130) | (28.156) |
| Contribuições e patrocínios | (3.789) | (4.884) |
| Outros | (2.403) | (2.378) |
| Crédito PIS/COFINS | 12.308 | 4.660 |
| Total | (153.770) | (164.446) |

23. Despesas operacionais gerais e administrativas (consolidado)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-----------------------|------------|------------|
| Serviços de terceiros | (3.904) | (3.957) |
| Depreciação | (101) | (109) |
| Pessoal | (2.558) | (2.246) |
| Materiais | (73) | (68) |
| Outros | 79 | (1.914) |
| Crédito Pis e Cofins | 14 | 6 |
| Total | (6.543) | (8.288) |

24. Receitas (despesas) financeiras (consolidado)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Receitas financeiras | 15.729 | 24.639 |
| Atualização de ressarcimento ANEEL | (150) | 298 |
| Outras receitas financeiras | 10.302 | 3.894 |
| PIS e COFINS s/ receitas financeiras | (1.203) | (1.321) |
| Total | 24.678 | 27.510 |

Despesas financeiras

| | | |
|---|-----------|-----------|
| Encargos sobre empréstimos | (104.877) | (115.427) |
| Varição monetária e AVP do uso do bem público | (86.941) | (65.628) |
| Outras despesas financeiras | (13.320) | (2.193) |
| Total | (205.138) | (183.248) |

25. Imposto de renda e contribuição social

Segue abaixo reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado consolidado:

| | Consolidado 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------------------|------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 417.711 | 405.844 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Expectativa de despesa de acordo com a alíquota nominal | (142.022) | (137.924) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 2.806 | 2.531 |
| Despesa de acordo com a alíquota efetiva | (139.216) | (135.393) |
| Alíquota efetiva | 34% | 34% |
| Corrente | (139.278) | (137.149) |
| Diferido | 62 | 1.756 |

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apresentando a seguinte composição:

| | Consolidado 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------------------|------------|
| Diferenças temporárias sobre as quais foi constituído IRPJ e CSLL diferidos | 24.835 | 24.403 |
| Pesquisa & desenvolvimento | 2.961 | 3.241 |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 729 | 699 |
| PPR - Programa de participação nos resultados | 28.525 | 28.343 |
| Total das diferenças temporárias | 34% | 34% |
| Alíquota fiscal vigente | (139.278) | (137.149) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9.698 | 9.637 |

26. Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota explicativa. Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia, sua controlada e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir e foram realizadas em condições normais de mercado entre as partes para os respectivos tipos de operações.

| | Consolidado 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------------------|------------|
| Contas a receber | | |
| CPFL Paulista de Força e Luz | 25.235 | 23.720 |
| CPFL Piratininga de Força e Luz | 12.838 | 11.359 |
| Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. | 4.906 | 4.723 |
| Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA | 4.276 | 4.267 |
| Companhia Energética de Pernambuco - CELPE | 2.808 | 2.675 |
| Companhia Energética do Piauí | 1.550 | 1.376 |
| Celg Distribuição S.A. | 3.441 | 3.289 |
| Rio Grande Energia S.A. | 2.324 | 2.305 |
| Companhia Energética do Rio Grande do Norte-COSERN | 1.858 | 1.825 |
| Elektro Eletricidade e Serviços S.A. | 1.425 | 1.839 |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEED | 1.137 | 1.041 |
| Elektrobrás Distribuição Alagoas | 342 | 322 |
| Companhia Jaguarí de Energia | 24 | 29 |
| Companhia Luz e Força Santa Cruz | - | 2 |
| Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapananema S.A. | - | - |
| Total | 62.164 | 58.772 |

Receita com fornecimento de energia elétrica

| | Consolidado 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------------------|------------|
| CPFL Paulista de Força e Luz | 305.769 | 245.305 |
| CPFL Piratininga de Força e Luz | 148.915 | 122.121 |
| Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. | 43.504 | 41.850 |
| Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA | 36.063 | 34.849 |
| Companhia Energética de Pernambuco - CELPE | 23.175 | 22.339 |
| Celg Distribuição S.A. | 25.006 | 24.234 |
| Rio Grande Energia S.A. | 20.255 | 19.578 |
| Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN | 14.425 | 13.933 |
| Elektro Eletricidade e Serviços S/A | 14.478 | 14.013 |
| Companhia Energética do Piauí | 12.567 | 12.193 |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEED | 9.216 | 8.926 |
| Elektrobrás Distribuição Alagoas | 2.877 | 2.770 |
| Companhia Jaguarí de Energia | 270 | 247 |
| Companhia Luz e Força Santa Cruz | 6 | 18 |
| Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapananema S.A. | - | 6 |
| Companhia Leste Paulista de Energia | 1 | 2 |
| Total | 656.527 | 562.384 |

Fornecedores a pagar

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica | (1.978) | (39) |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. | (241) | (257) |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. | (7) | (6) |
| Celg Distribuição S.A. | (8) | - |
| CPFL Geração Energia S.A. | (2) | - |
| Elektrosul Centrais Elétricas S.A. | (13) | - |
| Companhia Transleste de Transmissão S.A. | (4) | - |
| Total | (2.253) | (302) |

Prestação de serviços (Custo)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Furnas Centrais Elétricas S.A. | (11.049) | (8.325) |
| Elektrosul Centrais Elétricas S.A. | (4.383) | (5.340) |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco | (9.615) | (6.823) |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. | (6.349) | (5.309) |
| Interligação Elétrica do Madeira S.A. | (2.016) | (2.423) |
| CPFL Geração Energia S.A. | (2.141) | (2.145) |
| CEEE-GT Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica | (31.397) | (1.159) |
| Celg Distribuição S.A. | (306) | (193) |
| Goiás Transmissão S.A. | (209) | (263) |
| Companhia Transleste de Transmissão | (143) | (185) |
| MGE Transmissão S.A. | (121) | (157) |
| Companhia Transudeste de Transmissão | (89) | (115) |
| Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. | (85) | (109) |
| Companhia Transirapê de Transmissão | (88) | (115) |
| Transenergia Renovável S.A. - TER | (68) | (86) |
| Companhia de Transmissão Centroeste de Minas | (61) | (78) |
| Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. | (16) | (21) |
| Transenergia São Paulo S.A. | (15) | (19) |
| SE Narandiba S.A. | (11) | (14) |
| Caldas Novas Transmissão S.A. | (3) | (4) |
| Total | (68.165) | (32.883) |

27. Honorários da Administração

Estão registrados na rubrica de honorários da administração no grupo de despesas operacionais:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------------|------------|------------|
| Salários e honorários | (711) | (693) |
| Encargos sociais e benefícios | (217) | (238) |
| Participação nos lucros | (268) | (244) |
| Total | (1.196) | (1.175) |

28. Instrumentos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada estão descritas na Nota explicativa 2 (f).

a. Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

| | Nota | Consolidado | | | |
|--|------|-------------|---------|------------|---------|
| | | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
| | | Hierarquia | Valor | Hierarquia | Valor |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado: | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras (*) | 4 | Nível 2 | 182.109 | Nível 2 | 115.751 |
| Aplicações financeiras (*) | 5 | Nível 2 | - | Nível 2 | 33.068 |
| Aplicações financeiras vinculadas (*) | 6 | Nível 2 | 70.767 | Nível 2 | 72.084 |
| | | | 252.876 | | 220.903 |

(*) Essas aplicações financeiras são classificadas como Valor Justo por Meio do Resultado – VJR, em virtude de sua taxa de remuneração ser baseada na variação do CDI, não há alterações significativas entre o valor apresentado e o seu valor justo.

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

| | Nota | Controladora 31/12/2018 | 31/12/2017 | Consolidado 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------|-------------------------|------------|------------------------|------------|
| Custo amortizado: | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista | 4 | 363 | 31 | 1.894 | 676 |
| Contas a receber de clientes | 7 | - | - | 118.636 | 110.089 |
| Contas a receber ressarcimento ANEEL | - | - | - | - | 2.069 |
| Outros créditos | 363 | 31 | 137.056 | 152.247 | 128.081 |

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

| | Nota | Controladora 31/12/2018 | 31/12/2017 | Consolidado 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------|-------------------------|------------|------------------------|------------|
| Custo amortizado: | | | | | |
| Fornecedores e empréstimos e financiamentos | 13 | - | - | 12.530 | 18.787 |
| Uso do bem público | 17 | - | - | 1.184.107 | 1.310.969 |
| | | | | 803.215 | 781.300 |
| | | | | 1.999.852 | 2.111.056 |

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

– Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

– Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

– Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstra-

ções financeiras em que ocorreram as mudanças.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item "ii");

- Risco de liquidez (veja item "iii"); e

- Risco de mercado (veja item "iv").

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de que a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco.

Também surge da possibilidade de que a Companhia e sua controlada venham a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia e por sua controlada como baixo, devido ao histórico de pagamentos de

| | Nota Explicativa | Menos de 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 1 ano | De 1 a 3 anos | De 4 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|------------------------------|------------------|----------------|----------------|--------------|---------------|---------------|----------------|-------------|
| Uso do bem público | 17 | (5.715) | (11.430) | (51.435) | (68.580) | (68.580) | (1.026.585) | (1.232.325) |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | (19.150) | (38.347) | (171.447) | (217.863) | (206.491) | (966.638) | (1.619.936) |
| Fornecedores | 13 | (12.702) | - | - | - | - | - | (12.702) |
| | | (37.567) | (49.777) | (222.882) | (286.443) | (275.071) | (1.993.223) | (2.864.963) |

do-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2018.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia e sua controlada ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia e sua controlada, não possuem exposição a riscos cambiais.

Risco de taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia e sua controlada, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2018 fosse mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permanecessem estáveis (CDI 6,40% a.a.; TJLP 6,98% a.a.). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

| | Instrumentos financeiros | | | |
|--|--------------------------|--|--|--|
|--|--------------------------|--|--|--|

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 | Passivo | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|------|------------------|------------------|---|------|------------------|------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 183.640 | 116.396 | Fornecedores | 12 | 12.530 | 18.787 |
| Aplicações financeiras | 5 | - | 33.068 | Empréstimos e financiamentos | 13 | 138.706 | 138.788 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 118.636 | 110.089 | Salários e obrigações sociais | | 1.349 | 1.335 |
| Impostos a recuperar | 8 | 14.434 | 39.688 | Impostos a recolher | 14.a | 6.096 | 17.023 |
| Dividendos a receber | | - | - | Imposto de renda e contribuição social a recolher | 14.b | 100.650 | 94.271 |
| Despesas antecipadas | 9 | 27.702 | 27.715 | Taxas regulamentares | 15 | 30.405 | 27.987 |
| Contas a receber ressarcimento ANEEL | | - | 2.069 | Uso do bem público | 16 | 68.585 | 64.314 |
| Outros créditos | | 962 | 663 | Dividendos declarados | 18.c | 66.143 | 64.188 |
| | | 345.374 | 329.688 | | | 424.464 | 426.693 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Aplicações financeiras vinculadas | 6 | 70.767 | 72.084 | Uso do bem público | 16 | 734.630 | 716.986 |
| Impostos a recuperar | 8 | 9.147 | 16.319 | Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 17 | 2.961 | 3.240 |
| Imposto diferido | 25.a | 9.698 | 9.637 | Empréstimos e financiamentos | 13 | 1.045.401 | 1.172.181 |
| Despesas antecipadas | 9 | 13.690 | 41.071 | | | 1.782.992 | 1.892.407 |
| Outros créditos | | 15.564 | 14.584 | | | | |
| Investimento | | - | - | Patrimônio líquido | 18 | 714.129 | 714.129 |
| Imobilizado | 10 | 2.313.395 | 2.368.330 | Capital social | | 275.109 | 260.790 |
| Intangível | 11 | 419.059 | 442.306 | Reservas de lucros | | 989.238 | 974.919 |
| | | 2.851.320 | 2.964.331 | Total do patrimônio líquido | | 3.196.694 | 3.294.019 |
| Total do ativo | | 3.196.694 | 3.294.019 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 3.196.694 | 3.294.019 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------|------------------|------------------|
| Receita operacional líquida | 19 | 874.070 | 839.787 |
| Custo de geração de energia elétrica | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 20 | (50.120) | (36.378) |
| Custos da produção de energia | 21 | (153.770) | (164.446) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (64.588) | (68.118) |
| | | (268.478) | (268.942) |
| Resultado bruto | | 605.592 | 570.845 |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 22 | (6.543) | (8.272) |
| Honorários da administração | 26 | (1.196) | (1.175) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | | 318 | - |
| | | (7.421) | (9.447) |
| Resultado antes do resultado financeiro | | 598.171 | 561.398 |
| Receitas financeiras | 23 | 24.678 | 27.510 |
| Despesas financeiras | 23 | (205.137) | (183.248) |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | 417.712 | 405.660 |
| Contribuição social corrente | 24 | (37.540) | (37.502) |
| Imposto de renda corrente | 24 | (101.738) | (99.647) |
| Contribuição social diferida | 24 | 16 | 465 |
| Imposto de renda diferido | 24 | 46 | 1.291 |
| Resultado do exercício | | 278.496 | 270.267 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

| | Capital Social | Reservas de Lucros | | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|--------------|-------------------|----------------|
| | | Legal | Retenção | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2017 | 714.129 | 49.242 | 470.469 | - | 1.233.840 |
| Distribuição de lucros de exercícios anteriores | - | - | (465.000) | - | (465.000) |
| Resultado do exercício | - | - | - | 270.267 | 270.267 |
| Destinações: | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 13.514 | - | (13.514) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (64.188) | (64.188) |
| Lucros à disposição da assembleia | - | - | - | 192.565 | (192.565) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 714.129 | 62.756 | 5.469 | 192.565 | 974.919 |
| Destinação para reserva de retenção | - | - | 192.565 | (192.565) | - |
| Distribuição de lucros de exercícios anteriores | - | - | (198.034) | - | (198.034) |
| Resultado do exercício | - | - | - | 278.496 | 278.496 |
| Destinações: | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 13.925 | - | (13.925) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (66.143) | (66.143) |
| Lucros à disposição da assembleia | - | - | - | 198.428 | (198.428) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 714.129 | 76.681 | - | 192.428 | 989.238 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DIRETORIA
Peter Eric Volf - Diretor Superintendente
Otávio Luiz Rennó Grilo - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Fernando Mano da Silva
Rodolfo Nardez Siroi
Vitor Fagali de Souza

CONTADORA: Lislie Adriana Schulz | CRC/SC 023526/O-2

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|----------------|----------------|
| Resultado do exercício | 278.496 | 270.267 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | 278.496 | 270.267 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---------|------------------|------------------|
| Lucro antes dos impostos | | 417.712 | 405.660 |
| Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais: | | | |
| Depreciação e amortização | 10 e 11 | 86.126 | 86.112 |
| Encargos financeiros, líquidos | 13 | 113.427 | 130.146 |
| Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas | | - | (54) |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | | (424) | 939 |
| Resultado baixa de imobilizado | 10.b | (260) | - |
| Atualização monetária da provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 17 | 145 | 99 |
| Variação monetária e AVP do uso do bem público | 16 | 86.941 | 50.909 |
| Rendimento das aplicações financeiras | | (15.729) | (24.639) |
| Atualização monetária do IRPJ e CSSL - Reconhecimento UBP/GSF Ressarcido | | - | (1.758) |
| | | 687.939 | 647.414 |
| Redução (aumento) dos ativos: | | | |
| Contas a receber de clientes | | (8.547) | 5.085 |
| Impostos a recuperar | | 32.426 | 117.068 |
| Imposto diferido | | 62 | 1.756 |
| Despesas antecipadas | | 27.394 | 27.375 |
| Outros créditos | | 1.312 | (494) |
| Aumento (redução) dos passivos: | | | |
| Fornecedores | | (6.257) | 9.735 |
| Salários e obrigações sociais | | 14 | (256) |
| Impostos a recolher | | (49.555) | (1.928) |
| Taxas regulamentares | | 2.418 | 2.152 |
| Caixa gerado pelas operações | | 687.205 | 807.907 |
| Despesas financeiras e juros pagos | 13 | (105.887) | (115.863) |
| IRPJ e CSSL pagos | | (94.271) | (130.340) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 487.047 | 561.704 |
| Fluxo de caixa das ativ. de investimento | | | |
| Aquisição de imobilizado | 10 | (8.256) | (1.416) |
| Aplicações financeiras | | 48.797 | (8.429) |
| Aquisição de intangível | 11 | (11) | (6) |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento | | 40.530 | (9.851) |
| Fluxo de caixa das ativ. de financiamento | | | |
| Pagamento de dividendos | | (64.188) | (61.562) |
| Pagamento de lucros | | - | - |
| exercícios anteriores | | (198.034) | (465.000) |
| Pagamento do Uso do bem público (UBP) | 16 | (65.026) | (63.798) |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | 13 | (134.402) | (133.305) |
| Aplicações financeiras vinculadas | | 1.317 | 8.160 |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento | | (460.333) | (715.505) |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | | 67.244 | (163.652) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 4 | 116.396 | 280.048 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 4 | 183.640 | 116.396 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MERCADO INVESTIMENTOS

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO*

| MAIORES ALTAS | AÇÃO | OSC. (%) | PREÇO (R\$) |
|---------------|----------------|----------|-------------|
| | KROTON ON NM | 6,05 | 10,86 |
| | CIELO ON EJ NM | 5,77 | 9,35 |
| | FLEURY ON NM | 5,66 | 22,60 |
| | MARFRIG ON NM | 5,59 | 6,23 |
| | CCR SA ON NM | 5,48 | 12,32 |

| MAIORES BAIXAS | | OSC. (%) | PREÇO (R\$) |
|----------------|--------------------|----------|-------------|
| | KLABIN S/A UNT N2 | -3,39 | 16,81 |
| | SUZANO PAPEL ON NM | -3,11 | 45,44 |
| | SID NACIONAL ON | -0,88 | 16,98 |
| | CVC BRASIL ON NM | -0,38 | 52,60 |
| | LOCALIZA ON EJ NM | -0,13 | 31,90 |

| MAIS NEGOCIADAS | | OSC. (%) | PREÇO (R\$) |
|-----------------|----------------------|----------|-------------|
| | PETROBRAS PN N2 | 3,38 | 28,47 |
| | VALE ON NM | 0,73 | 52,16 |
| | BRADESCO PN EJB N1 | 2,59 | 36,10 |
| | ITAUNIBANCO PN ED N1 | 1,50 | 33,82 |
| | BRASIL ON NM | 1,20 | 48,83 |

| ÍNDICE | PONTUAÇÃO | DIA | SEMANA | MÊS | EM 2019 | 12 MESES |
|----------|-----------|-------|--------|-------|---------|----------|
| Ibovespa | 96.313 | 1,93% | 2,04% | 0,94% | 9,59% | 14,17% |

OBS.: A VARIÇÃO DA SEMANA CORRESPONDE AOS ÚLTIMOS SETE DIAS SEGUIDOS

FECHAMENTO

| | | | |
|------------|--------|------------------------|-----------------|
| MÍNIMO | 94.334 | IBOVESPA NO FECHAMENTO | 1,93% |
| MÁXIMO | 96.394 | NÚMERO DE NEGÓCIOS | 1.430.517* |
| FECHAMENTO | 96.313 | VALOR | 13.192 BILHÕES* |

*DADOS PRELIMINARES, ANTERIORES À DIVULGAÇÃO OFICIAL DA BMFBOVESPA

BOLSAS INTERNACIONAIS

FECHAMENTO DE ONTEM (EM %)

| | | | | | |
|---------|-------|--------------|-------|--------|-------|
| NY/NYSE | 0,64 | NY/NASDAQ | -0,05 | NY/S&P | 0,21 |
| TÓQUIO | 0,05 | HONG KONG | -0,17 | XANGAI | 0,94 |
| LONDRES | -0,22 | FRANKFURT | 0,28 | PARIS | -0,09 |
| MADRI | 0,49 | AMSTERDÁ | 0,04 | MILÃO | -0,21 |
| LISBOA | -0,39 | BUENOS AIRES | 1,19 | MÉXICO | 1,38 |

RENDIMENTO DA CADERNETA

| VENCIMENTO | POUPANÇA VELHA (%) | POUPANÇA NOVA (%) | VALIDADE | TR (%) |
|------------|--------------------|-------------------|--------------|--------|
| 4/4 | 0,5000 | 0,3715 | DE 4/3 A 4/4 | 0,0000 |
| 5/4 | 0,5000 | 0,3715 | DE 5/3 A 5/4 | 0,0000 |
| 6/4 | 0,5000 | 0,3715 | DE 6/3 A 6/4 | 0,0000 |
| 7/4 | 0,5000 | 0,3715 | DE 7/3 A 7/4 | 0,0000 |
| 8/4 | 0,5000 | 0,3715 | DE 8/3 A 8/4 | 0,0000 |
| 9/4 | 0,5000 | 0,3715 | DE 9/3 A 9/4 | 0,0000 |

CDB

| DIA | PREFIXADO PARA DIAS | AO ANO(%) |
|-----|---------------------|-----------|
| 1/4 | 30 | 6,42* |
| 2/4 | 30 | 6,42* |
| 3/4 | 30 | 6,42* |
| 4/4 | 30 | 6,42* |

FONTE: AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS *PARA GRANDES APORTES

INDICADORES DE INFLAÇÃO (%)

| MÊS | IPCA | INPC | IGP-M | IGP-DI | INCC-M | CESTA BÁSICA | ICV | CUB |
|--------|-------|---------|-------|--------|--------|--------------|-------|------------------|
| FEV/18 | 0,32 | 0,18 | 0,07 | 0,15 | 0,14 | 0,05 | 0,44 | 0,22% (1.753,61) |
| MAR/18 | 0,09 | 0,07 | 0,64 | 0,56 | 0,23 | 0,03 | 0,35 | 0,34% (1.759,56) |
| ABR/18 | 0,22 | 0,21 | 0,57 | 0,93 | 0,28 | -0,01 | -0,17 | 0,23% (1.763,61) |
| MAI/18 | 0,40 | 0,43 | 1,38 | 1,64 | 0,30 | 0,07 | 0,94 | 0,49% (1.772,27) |
| JUN/18 | 1,26 | 1,43 | 1,87 | 1,48 | 0,76 | 1,38 | 1,39 | 1,45% (1.797,94) |
| JUL/18 | 0,33 | 0,25 | 0,51 | 0,44 | 0,72 | 0,14 | -0,35 | 0,40% (1.805,05) |
| AGO/18 | -0,09 | ESTÁVEL | 0,70 | 0,68 | 0,30 | -0,09 | 0,60 | 0,67% (1.817,09) |
| SET/18 | 0,48 | 0,30 | 1,52 | 1,79 | 0,17 | 0,55 | -0,03 | 0,24% (1.821,41) |
| OUT/18 | 0,45 | 0,40 | 0,89 | 0,26 | 0,33 | 0,58 | 0,46 | 0,23% (1.825,53) |
| NOV/18 | -0,21 | -0,25 | -0,49 | -1,14 | 0,26 | 0,32 | 0,13 | 0,15% (1.828,25) |
| DEZ/18 | 0,15 | 0,14 | -1,08 | -0,45 | 0,13</ | | | |